

Proj. Lei nº 778/10

AO EXPEDIENTE  
Em 02 MAR 2010

Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta.  
Em 02/03/2010



1º Secretário

LIDO NA SESSÃO DO  
Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

1º Secretário

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

02 MAR 2010

Protocolo 035/10  
Processo 034/10

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 034, DE 1º DE MARÇO DE 2010.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Altera o artigo 2º da Lei nº 2242, de 27 de janeiro de 2010"

Nobres Parlamentares, o Projeto de Lei em apreço tem por finalidade a alteração do artigo 2º da Lei nº 2242, de 27 de janeiro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e através do Banco do Brasil S/A na qualidade de mandatário, oferecer garantias".

Tal dispositivo alterado trata do pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, ficando o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde serão efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou, na falta de recursos suficientes nesta conta, em quaisquer outras contas de depósitos, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

18:49 2010/03/01 000583 ASSINATURA LEGISLATIVA DO ESTADO RO

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

01 MAR 2010

*[Assinatura]*  
NOME

IVO NARCISO CASSOL  
Governador

*[Assinatura]*



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

**PROJETO DE LEI DE 1º DE MARÇO DE 2010.**

Altera o artigo 2º da Lei nº 2242, de 27 de janeiro de 2010.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

Art. 1º O artigo 2º, da Lei nº 2242, de 27 de janeiro de 2010, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e através do Banco do Brasil S/A na qualidade de mandatário, oferecer garantias”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde serão efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou, na falta de recursos suficientes nesta conta, em quaisquer outras contas de depósitos, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º No caso dos recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar e, posteriormente transferir os recursos a créditos do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, no prazo de até 10 (dez) dias após o débito em conta a que se refere este artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.